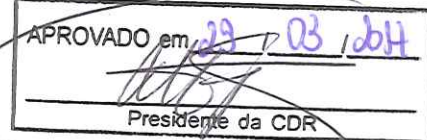


REQUERIMENTO Nº 15, DE 2017



Requeiro, nos termos dos arts. 49, inciso X, e 58, § 2º, inciso VI, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso VI, 96-B e 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que dentre as políticas públicas a serem avaliadas por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no exercício de 2017, estejam contidas as políticas de *“segurança hídrica e gestão das águas nas regiões norte e nordeste”*.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 96-B do RISF estabelece que as comissões permanentes deverão selecionar anualmente, em sua área de competência, políticas públicas para serem avaliadas. Ao final da sessão legislativa, a comissão apresentará relatório com as conclusões da avaliação realizada.

As matérias e questões relacionadas aos recursos hídricos, segundo o art. 91, §1º, inciso II, do RISF, são de competência das comissões. Complementarmente, o art. 104-A estabelece que questões relativas às políticas de desenvolvimento regional, são de competência da CDR, as quais, portanto, incluem políticas de segurança hídrica e gestão de águas.

O Relatório Mundial das Nações Unidas (ONU) sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos de 2016 foi claro em afirmar que a “gestão insustentável dos recursos hídricos e outros recursos naturais pode causar graves danos às economias e à sociedade, invertendo



SF/17307.53440-42

Página: 1/8 29/03/2017 08:13:20

48e7b8320675309232e8444f78a720996dc5ee0e



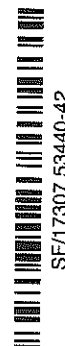
significativamente os benefícios conquistados duramente na redução da pobreza, na criação de empregos e no desenvolvimento”.

Embora haja disponibilidade de água doce suficiente no planeta para atender as necessidades humanas, investimentos insuficientes em infraestrutura, o uso inadequado e a inexistência ou precária gestão dos recursos hídricos leva à escassez que atinge 40% da população mundial em escala crescente.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), para que se tenha qualidade de vida em níveis razoáveis é necessário um mínimo de 80 litros de água por pessoa no dia. Ainda segundo a OMS, em 2025, poderá ocorrer falta de água em 48 países, atingindo 1,4 bilhões de pessoas. Nessa mesma linha, a ONU afirma que, também em 2025, um terço dos países do mundo terá seu desenvolvimento ameaçado pela falta de água. Ainda de acordo com a ONU, desde 1990, 28 países sentem a falta de água, atingindo uma população de 335 milhões de habitantes.

O Brasil ainda é privilegiado, pois possui aproximadamente 14% do total de água doce disponível superficialmente no mundo. Considerando o Continente Americano, a América do Sul possui pouco mais de 61% da água da região e o Brasil responde sozinho por 39% do total de água das Américas.

Contudo, apesar de o País ainda dispor de grandes rios, como o é o caso do rio Amazonas, o maior do mundo em extensão e vazão, situado na região Norte, e com disponibilidade hídrica elevada frente a outros países, o constante acompanhamento da gestão desses recursos é essencial para que uma realidade oposta, de escassez de água, não se alastre pelo País.



SF/17307.53440-42

Página: 2/8 29/03/2017 08:13:20

48e7b8320675309232e844f78a720996dc5ee0e

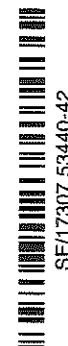


As regiões Norte e Nordeste do Brasil expressam claramente o cenário desafiador descrito acima. Se no semiárido nordestino a escassez é a realidade, no Norte a abundância não assegura o consumo devido, saudável e regular das populações, urbanas e ribeirinhas, que lá habitam.

O problema se agrava com as expressivas **mudanças climáticas** que tem provocado escassez de chuvas em períodos prolongados, o que torna insuficientes as infraestruturas disponíveis, demandando novos investimentos, desenvolvimentos de tecnologias inovadoras, gestão eficiente e, sobretudo, mudança de atitude da sociedade em relação ao uso dos recursos hídricos disponíveis.

A comparação do nível de armazenamento dos reservatórios do Semiárido, constituído por grandes açudes, entre março deste ano e março do ano passado mostra nova queda de volume em seis, dos oito estados monitorados: Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. O volume dos reservatórios equivalentes da Região Nordeste, considerando os empreendimentos com capacidade maior ou igual a 10 hectômetros, ou seja, que podem armazenar pelo menos dez bilhões de litros, era de 13,81% ao final de fevereiro deste ano - no mesmo período de 2016 esse número chegou a 21% e, em 2015, alcançou a marca de 25,3%. Dos 533 reservatórios que a Agência Nacional de Águas (ANA) monitora na região, 144 estão secos, com destaque para os seis Estados informados acima, que concentram a maior parte dos reservatórios secos do Nordeste.

Por sua vez, a **Região Hidrográfica São Francisco**, principal fonte de água disponível para consumo humano no Nordeste, possui aproximadamente 638.466 km² de área (7,5% do território nacional), abrangendo os estados Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e o Distrito Federal. O rio São Francisco nasce em Minas Gerais, na



SF/17307.53440-42

Página: 3/8 29/03/2017 08:13:20

48e7b8320675309232e8444f78a720996dc5ee0e



Serra da Canastra, e chega a sua foz, no Oceano Atlântico, entre Alagoas e Sergipe, percorrendo cerca de 2.800 km de extensão. A área possui 503 municípios e engloba parte do semiárido, que corresponde a aproximadamente 58% dessa região hidrográfica. Com relação aos usos, há predomínio de retirada para irrigação (213,7 m³/s), que representa 77% do total de demandas na Região. A irrigação é seguida pela demanda urbana, com 31,3 m³/s (11%).

A Região do São Francisco tem importante papel na geração de energia elétrica, com potencial instalado, em 2013, de 10.708 MW (12% do total do País). Destacam-se as usinas de Xingó (3.162 MW), Paulo Afonso IV (2.462 MW), Luiz Gonzaga (1.479 MW) e Sobradinho (1.050 MW).

Desde 2013, a bacia do rio São Francisco vem enfrentando condições hidrológicas adversas, com vazões e precipitações abaixo da média, com consequências nos níveis de armazenamento dos reservatórios instalados na bacia. No final de fevereiro de 2017, a relação entre a vazão afluente observada e a vazão média mensal de longo termo (1931 a 2014) nos dois principais reservatórios situados nesta bacia, Três Marias e Sobradinho, era 23% e 33%, respectivamente. Dessa forma, em fevereiro de 2017, ao final do período chuvoso, quando era esperada uma recuperação dos níveis dos reservatórios na bacia, o volume útil do Reservatório Equivalente da Bacia do Rio São Francisco era somente 21% do seu volume útil total. Essa dramática situação tem exigido um enorme esforço de gerenciamento dos reservatórios pelo governo, usuários e sociedade com o objetivo de evitar um colapso generalizado na bacia do rio São Francisco.

Devido às baixas precipitações, bem abaixo da média, o Semiárido do Nordeste permanece em situação crítica em termos de



SF/17307.53440-42

Página: 4/8 29/03/2017 08:13:20

48e7b8320675309232e844f78a720996dc5ee0e



disponibilidade hídrica, já que os índices de chuvas não têm sido suficientes nem mesmo para a manutenção dos estoques, na maioria dos casos.

Cerca de 28% da população brasileira reside no Nordeste, mas apenas 3% da disponibilidade de água do País se encontra naquela Região. O Rio São Francisco detém 70% de toda a oferta de água da região, historicamente submetida a ciclos de seca rigorosa.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) pretende garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde a estiagem é frequente. O Ministério da Integração Nacional é o responsável pelas obras e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) será responsável pela operação e manutenção do projeto.

A gestão e a sustentabilidade ambiental e financeira do projeto, entretanto, é aspecto que deve ser constantemente tratado pelos estados beneficiados e pela União de maneira a assegurar a efetividade do fornecimento da água.

Na **bacia amazônica** – onde moram 30 milhões de pessoas – a economia está diretamente associada à dinâmica do ciclo hidrológico. O fluxo dos rios determina a organização dos assentamentos humanos, a posse da terra, o sistema de produção e a organização social. Qualquer alteração nas provisões do ecossistema causam uma pressão imediata sobre essa população, na qual o índice de pobreza é bem maior que a média do país.

Secas e cheias são fenômenos naturais na Amazônia. Nos últimos anos, porém, com as mudanças climáticas, eles têm se tornado mais



SF/17307.53440-42

Página: 5/8 29/03/2017 08:13:20

48e7b8320675309232e844f78a720996dc5ee0e



extremos. Estudos realizados para analisar dados sobre os níveis dos rios na Amazônia, têm identificado que o recorde mínimo vem caindo nos últimos anos, assim como tem aumentado o recorde máximo – indicando aumento da variabilidade interanual nesse sistema fluvial.

Nas secas extremas de 1997, 2005 e 2010, os principais impactos da seca observados foram a alta mortalidade dos peixes (principal fonte de proteína na região) e perda das plantações, além da falta de água potável, e a interrupção no principal meio de transporte – o fluvial – dificultando o acesso dos moradores aos mercados e, hospitais e escolas.

Nas enchentes severas de 2006, 2009 e 2015, os principais impactos foram a escassez de água potável, maior dificuldade na pesca, destruição de casas, prejuízo às atividades extrativistas, morte de animais de criação e plantações, e surtos de doenças como malária e diarreia. Dessa forma, existe a necessidade de políticas públicas para garantir o bem-estar das populações, bem como investimentos em estradas e meios de transporte alternativos, escolas e soluções alternativas de abastecimento.

A segurança hídrica não é apenas a construção de infraestrutura, mas também a gestão do uso da água nas bacias hidrográficas que fornecem suprimento para a maior parte da população e os demais usos. A garantia de acesso à água para populações que se encontram dispersas no território e mais distantes das fontes correntes e estocadas também deve ser considerada. Apesar da abundância de água na Região Amazônica a existência de desabastecimento de água em populações isoladas também é uma realidade que precisa ser enfrentada.

Para o Semiárido o Governo Federal dispõe de um conjunto de ações que busca universalizar o amplo acesso e uso de água para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar a partir da instalação de



SF/17307.53440-42

Página: 6/8 29/03/2017 08:13:20

48e7b8320675309232e844f78a720996dc5ee0e



cisternas de consumo e de produção, sistemas coletivos de abastecimento de água, kits de irrigação e barreiros.

Neste sentido já foram distribuídas mais de 1,2 milhões de cisternas até maio de 2016, o que representa uma capacidade total de armazenamento de 20,1 bilhão de litros abastecidos com água da chuva e em momento de estiagens mais prolongadas é capaz de armazenar água abastecida por caminhões pipa.

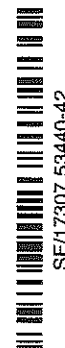
Avaliar a possibilidade de desenvolvimento de programas similares na região Norte torna-se uma necessidade.

Por fim, o Brasil sediará em Brasília o **8º Fórum Mundial da Água em março de 2018**, quando são esperados cerca de 30 mil representantes de mais de 100 países para discutir temas relacionados aos recursos hídricos.

Dentre suas atividades o Fórum reunirá autoridades oficiais em nível mundial com o objetivo de ampliar a inserção da temática água na agenda política mundial, sendo este, portanto, um importante espaço onde o Senado Federal poderá desenvolver um importante papel dentre as instituições governamentais brasileiras.

O mito da abundância das águas precisa ser superado e o tema da segurança hídrica, principalmente nas áreas que já são afetadas com grave escassez, tornou-se vital para as pessoas e para a economia num contexto de incertezas climáticas, o que requer atuação destacada dos órgãos de governo e do Parlamento Brasileiro.

O Senado Federal tem a tradição de se debruçar sobre os importantes temas que afetam a vida dos cidadãos brasileiros e seus impactos no âmbito federativo. O tema da segurança hídrica, portanto, além de atual



SF/17307.53440-42

Página: 7/8 29/03/2017 08:13:20

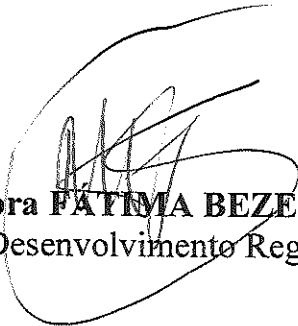
48e7b8320675309232e8444f78a720996dc5ee0e

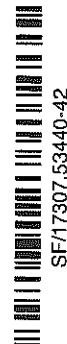


demanda atenção prioritária, notadamente nos estados que compõem as regiões Norte e Nordeste, dada as suas características sociais, econômicas e ambientais marcadas por secas prolongadas e/ou alagamentos intermitentes.

Estas são as razões pelas quais apresento o presente requerimento de Avaliação de Política Pública na CDR para tratar da crise hídrica no Norte e Nordeste brasileiro e solicito apoio dos nossos pares.

Sala da Comissão, de março de 2017.


Senadora FÁTIMA BEZERRA
Presidente Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)



SF/17307.53440-42

Página: 8/8 29/03/2017 08:13:20

48e7b8320675309232e8444f78a720996dc5ee0e

